

Carta nº 380/CSSL/16

Brasília, DF, 23 de novembro de 2016.

A Senhora
Adriana Mallab Moreira Lopes
Serviço de Contratos
TCDF

TRIBUNAL DE CONTAS DO DF
23/11/2016 009807
ADUADO COMO DOCUMENTO
SECO DE MICROFOLIO E ARQUIVO

Referência: Ofício nº 103/2016 SERCO - datado de 22/11/16

Prezada Senhora,

A CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA., por seu representante legal, vem, respeitosamente, à presença de V. Sa. em resposta ao ofício indicado em epígrafe, prestar os seguintes esclarecimentos:

Segundo consta do ofício nº 103/2016 SERCO de 22/11/16, esse TCDF após ser notificado pelo SINDIBOMBEIROS, informa que a Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre SINDIBOMBEIROS/DF e SEPPEC teve sua vigência reativada, entendendo, dessa forma, que a mesma deveria ser aplicada retroativamente.

Diante dessa notificação, solicita que nossa empresa se manifeste com relação ao teor do documento.

Em razão dessas colocações, vale lembrar que o SINDIBOMBEIROS/DF ajuizou Ação em desfavor da CITY SERVICE buscando, exatamente, o cumprimento da referida CCT., pois nossa empresa não reconhece a presente CCT assinada entre





CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA.

e-DOC 30E7F742
Proc 24415/2013

SCIA Quadra 08 Conjunto 12 Lote 14
CEP: 71250-730 - Brasília/DF
Tel./Fax: (61) 2191.6633
www.cityservice.com.br

o SINDBOMBEIROS e SEPEBC, sendo que o Sindicato Patronal – SEPEBC não é o Sindicato considerado por nós o representante do setor e sim o SEAC/DF.

Tal demanda foi distribuída sob o nº 0000143-60.2016.5.10.0022, e, até o presente momento, não teve sentença proferida.

Assim sendo, em razão da judicialização dessa questão em específico, não pode e não deve o SINDBOMBEIROS/DF, simplesmente, se antecipar ao julgamento do feito e pretender que seja dado cumprimento a uma Convenção Coletiva cuja validade encontra-se em discussão perante o judiciário.

Existem ações em que se discute a validade da inscrição sindical, outras que discutem a validade da convenção coletiva e, inclusive, uma ação ajuizada pelo próprio SINDBOMBEIROS ~~contra a~~ CITY SERVICE (proc. 0000143-60.2016.5.10.0022) na qual pretende, exatamente, obrigar a CITY SERVICE a cumprir a referida norma convencional.

Certamente, tão logo seja proferida sentença transitada em julgado à City Service, quando formalmente intimada, dará cumprimento, se for o caso, ao que restar determinado judicialmente.

Ademais, conforme decisão liminar da 5ª Vara do Trabalho de Brasília datado de 01/09/2016 (em anexo), as empresas representadas pelo SEAC-DF, no qual a City Service é filiada, não estão obrigadas ao cumprimento dos termos da CCT 2016 assinada entre o SINDBOMBEIROS e o SEPEBC até a decisão final do Processo RTORD-0001205-89.2016.5.10.0005.

Esclarecemos, ainda, a V.Sas, para conhecimento e arquivo desse Órgão que no dia 21/09/16 foi publicado no DOU – Seção 1 página 69 a Revogação da Carta Sindical do SEPEBC (documento em anexo) sendo que com o cancelamento da Carta Sindical a presente CCT 2016 assinada entre o SINDBOMBEIROS e SEPEBC encontra-se inválida.



CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA.

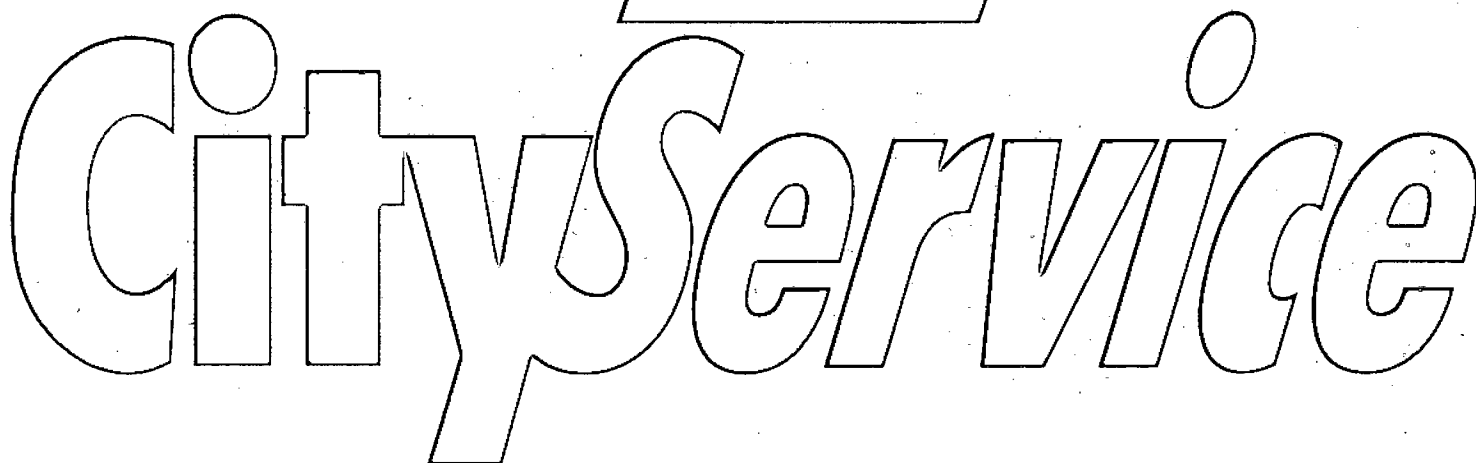
e-DOC 30E7F742
Proc 24415/2013

SCIA Quadra 08 Conjunto 12 Lote 14
CEP: 71250-730 - Brasília/DF
Tel./Fax: (61) 2191.6633
www.cityservice.com.br

Assim sendo, não há que se falar em cumprimento de qualquer dos termos da Convenção Coletiva uma vez que, nos autos do processo em que figuram como parte o SINDBOMBEIROS/DF e a CITY SERVICE nenhuma sentença foi proferida, inexistindo, portanto, qualquer ordem judicial a ser cumprida, e, consequentemente, qualquer violação às regras contratuais.

Atenciosamente.

City Service Segurança Ltda
Orlando Lamounier Piraíto Junior
Diretor
CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA.



Processo	46214.002476(2013-0)
Entidade	STTR - SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE BOCAINA - PJ
CNPJ	35.126.424/0001-81
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Pinui: Bocaina

Categoria Profissional: Trabalhadores e trabalhadoras rurais: assalariados e assalariadas rurais, permanentes, safristas e eventuais que exercem suas atividades na agricultura, criação de animais, silvicultura, hortifruticultura e extrativismo rural; e os agricultores e agricultoras que exercem suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e extrativistas.

Processo	46265.004128/2012-12
Localidade	OCMCS - Sindicato dos Servidores da Guarda Civil Municipal de São Caetano do Sul - SP
CNPJ	17.005.662/0001-57
Abstrigência	Municipal
Base Legal	São Paulo: São Caetano do Sul
Categoria Profissional	Servidores Públicos da Guarda Civil Municipal de São Caetano do Sul/SP

Em 20 de setembro de 2016

Processo	146.22.01/246.2012-70
Localidade	SISPON - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais do Município de Uçá
NºPI	15.450.107.0001-09
Abreviatura	Uçá Municipal
Base Tercestral	Uçá, Uçá e Uçá, Uçá e Uçá
Categoria Profissional	Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Uçá

Nº processo	146233.000124-30 V.02
Endereço	SANTUÁRIA - Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino no Município de Balaia - Maranhão
CNPJ	08.208.666/0001-41
Abastecimento	(Municipal)
Distrito Territorial	(Maranhão) Balsas
Categoria Profissional	Representação legal de todos os trabalhadores e trabalhadores em estabelecimento da rede pública de Educação no âmbito do município de Balsas - Maranhão

Processo	48.908.000/888-2013-07
Unidade	Sindicato dos Condomínios Residenciais, Comerciais e Mistos em Plantas Verticais e Verticais do Estado de Goiás
CNPJ	17.940.555-0001-20
Abandono	Estadual
Base Territorial	Goiás
Categoria Econômica	Categoria dos condomínios residenciais de apartamentos, dos condomínios residenciais de casas, dos condomínios rurais, dos condomínios comerciais, dos condomínios mistos residenciais e comerciais, dos condomínios de edifícios de convulsórios e clínicos, dos condomínios de centros de compras (shopping centers), dos condomínios de flats e dos condomínios de apart hotéis, todos do Estado de Goiás

Processo 46221.000158/2013-17
 Entidade SINDATRAJ - Sindicato dos Agentes de Trânsito de Aracaju - Sergipe
 (CNPJ) 17.357.993/0001-56

CARLOS C. AVALLANTE, DI LACRUZA

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Superintendente de 19 de setembro de 2016, publicado no DOU nº 181, de 20 de setembro de 2016, Seção 1, página 42. Onde se lê: "processo de nº 47531.000105/2016-18", Leia-se: "processo de nº 47351.000105/2016-18"

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <https://www.in.gov.br/solicitacao.html>, pelo código 10012016092100069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



50 anos de paixão e excelência
em Serviços de Informações Judiciais

09. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 10ª REGIÃO - NOTA DE EXPEDIENTE
EDIÇÃO Nº: 2056 Nº 0
5ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA-DF

Data do jornal: 01/09/2016

Data de disponibilização: 01/09/2016

DECISAO PROCESSO Nº RTORD-0001205-89.2016.5.10.0005 RECLAMANTE SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DF ADVOGADO **EDUARDO HAN** (OAB: 11714/DF) ADVOGADO **GUILHERME GUEDES DE MEDEIROS** (OAB: 36924/DF) RECLAMADO SINDICATO DOS TRABALHADORES BOMBEIROS PROFISSIONAIS DO DISTRITO FEDERAL SINDBOMBEIROS RECLAMADO SINDICATO DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVICOS E ESPECIALIZADAS EM BOMBEIRO CIVIL DO DISTRITO FEDERAL SEPEBC-DF INTIMADO(S)/CITADO(S): - SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DF PODER JUDICIARIO JUSTICA DO TRABALHO CONCLUSAO CONCLUSAO AO EXMO. JUIZ DO TRABALHO FEITA PELO SERVIDOR ADRIANA OLIVEIRA DO CARMO, NO DIA 01/09/2016. DECISAO VISTOS OS AUTOS. SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHO TEMPORARIO E SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DISTRITO FEDERAL - SEAC/DF AJUIZA Acao DE DECLARATORIA, COM PEDIDO DE TUTELA PROVISORIA, EM DESFAVOR DE SINDICATO DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVICOS E ESPECIALIZADAS EM BOMBEIRO CIVIL DO DISTRITO FEDERAL - SEPEBC/DF E SINDICATO DOS TRABALHADORES BOMBEIROS PROFISSIONAIS DO DISTRITO FEDERAL - SINDBOMBEIROS. ALEGA QUE VEM SENDO COMPELIDO A CUMPRIR A CONVENCAO COLETIVA FIRMADA ENTRE O SINDBOMBEIROS/DF E O SEPEBC/DF, DA QUAL NAO FOI SIGNATARIO, CAUSANDO ENORMES PREJUIZOS A CATEGORIA ECONOMICA REPRESENTADA PELO SEAC/DF. POSTULA, EM SEDE DE TUTELA DE URGENCIA, QUE OS EFEITOS DO INSTRUMENTO COLETIVO CELEBRADO ENTRE O SINDBOMBEIROS/DF E O SEPEBC/DF NAO ALCANCEM AS EMPRESAS REPRESENTADAS PELO SEAC/DF. VEJAMOS. SAO REQUISITOS PARA A CONCESSAO DA TUTELA DE URGENCIA, TANTO A CAUTELAR QUANTO A ANTECIPADA, NOS TERMOS DO ART. 300 DO NCPC, A DEMONSTRACAO DO RISCO, OBJETIVAMENTE FUNDADO, DO DANO DE DIFICIL OU IMPOSSIVEL REPARACAO SEM TUTELA JURISDICCIONAL IMEDIATA PARA RESGUARDAR O DIREITO INVOCADO (PERICULUM IN MORA), ALEM DA PROBABILIDADE, PLAUSIVEL OU RAZOAVEL, DE EXITO DA PRETENSAO DEDUZIDA NO PROCESSO (FUMUS BONI IURIS). NAO HA DUVIDA QUE OS BOMBEIROS CIVIS INTEGRAM CATEGORIA PROFISSIONAL DIFERENCIADA (LEI Nº 11.901/2009). ASSIM DISPOE A SUMULA Nº 374 DO TST, VERBIS: NORMA COLETIVA. CATEGORIA DIFERENCIADA. ABRANGENCIA EMPREGADO INTEGRANTE DE CATEGORIA PROFISSIONAL DIFERENCIADA NAO TEM O DIREITO DE HAVER DE SEU EMPREGADOR VANTAGENS PREVISTAS EM INSTRUMENTO COLETIVO NO QUAL A EMPRESA NAO FOI REPRESENTADA PELO ORGAO DE CLASSE DE SUA CATEGORIA. EM SENDO ASSIM, NAO PODE SER IMPOSTO AS EMPRESAS REPRESENTADAS PELO SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHO TEMPORARIO E SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DISTRITO FEDERAL - SEAC/DF O CUMPRIMENTO DE CONVENCAO COLETIVA CELEBRADA ENTRE SEPEBC E SINDBOMBEIROS, VEZ QUE O SEAC/DF NAO PARTICIPOU DESTA NEGOCIACAO. NESTE CONTEXTO, DEFIRO A TUTELA DE URGENCIA POSTULADA PARA AFASTAR A APLICABILIDADE DA CCT 2016 CELEBRADA ENTRE O SINDBOMBEIROS E O SEPEBC PARA AS EMPRESAS

REPRESENTADAS PELO SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO,
TRABALHO TEMPORARIO E SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DISTRITO FEDERAL -
SEAC/DF ATE DECISAO FINAL DESTE PROCESSO. DESIGNE-SE AUDIENCIA
INICIAL. CONFIRO FORCA DE OFICIO A ESTA DECISAO PARA CIENCIA A TODAS
AS VARAS DO TRABALHO DE BRASÍLIA. PUBLIQUE-SE. BRASILIA, 1 DE SETEMBRO
DE 2016 ALCIR KENUPP CUNHA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO